



Material produzido pelos professores Marcos Vinícius Pereira Oliveira, Bendito Sullivan Lopes, Marcelo Batista Gomes e Francisco Helton de Oliveira Filho, integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), do IFPI, campus Piripiri, em ocasião do V Festival Quilombola de Piripiri, em novembro de 2023.

<https://censo2022.ibge.gov.br/>

A comunidade do Assentamento Residência, localizada na zona rural de Piripiri, também se insere no contexto histórico de remanescentes de comunidades de quilombos, pelos vínculos de parentescos e desenvolvimento histórico comum com a Sussuarana, inclusive, reivindicando esse reconhecimento junto ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), com o processo de nº 54380.002424/2007-95, no ano de 2007. Atualmente, o contexto de exploração de uma empresa de minério de ferro nas terras da comunidade, implicou na desistência dessa reivindicação perante os órgãos competentes.



COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DE PIRIPIRI (PI)

QUEM SOMOS NÓS?

Conforme os dados mais recentes do IBGE, provenientes do Censo de 2022, o estado do Piauí abriga uma população quilombola de 31.686 pessoas, estabelecendo-se como a sétima maior comunidade quilombola do Brasil. A formação dessas comunidades remonta à luta e resistência dos trabalhadores negros, tanto durante o período de escravidão, quanto no pós-abolição, consolidando-se como um campesinato negro unido por laços de parentesco e pela ocupação de um território comum.

As comunidades quilombolas do Piauí têm origens diversas, incluindo grupos de fugitivos de fazendas, vilas ou cidades, migrantes de outras regiões escravistas, aqueles que receberam terras por meio de doações e processos de alforria, bem como negros livres ou libertos que levavam uma vida itinerante. A ocupação coletiva ou individual de terras por famílias negras é outra experiência que contribui para a formação dessas comunidades.

As comunidades quilombolas que se constituíram como um território étnico e como identidade histórica de “remanescentes de quilombos”, foram reconhecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que destaca no artigo 68 das Disposições Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que esteja ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

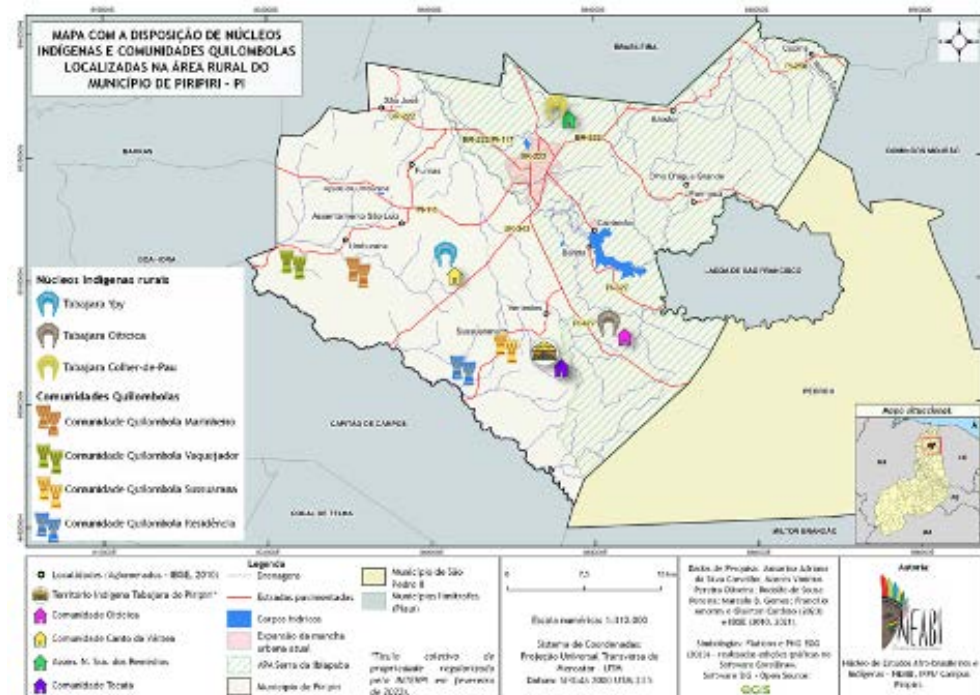
A partir dessa base legal, as lutas distintas das comunidades negras passam a exigir tal reconhecimento e identidade, enquanto povos de comunidades de remanescentes de quilombos, com história e ancestralidade associada ao longo período de escravização da população negra, de descendência africana no Brasil.

Trata-se de comunidades que guardam na memória coletiva, a história de seus antepassados num contexto de luta e ocupação de suas terras. Povos tradicionais com modos de viver específicos que estabelecem relações de ordem material e simbólica com suas terras. Relações de pertencimento, carregadas de sentido e significado em relação aos seus territórios.

As comunidades quilombolas da cidade de Piri-piri, no estado do Piauí, estão igualmente inseridas nesse contexto. De acordo com o Censo de 2022, o município possui 844 pessoas identificadas como quilombolas, divididas em três comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): As comunidades quilombolas Marinheiro, Sussuarana e Vaquejador, localizadas na zona rural do município, conforme mapa de localização presente nesse material (Figura 1).

Tal reconhecimento, enquanto “Quilombolas” garante acesso a políticas públicas direcionadas, que respeitem suas particularidades socioculturais e modos de viver específico. Nos tópicos a seguir, apresentaremos um panorama geral, a partir de aspectos históricos e socioculturais das comunidades quilombolas de Piri-piri.

Figura 1 - Mapa com a disposição das Comunidades Tradicionais Quilombolas e Núcleos Indígenas do Município de Piri-piri (PI).



COMUNIDADE QUILOMBOLA MARINHEIRO

A comunidade quilombola Marinheiro é fruto de uma história de luta e resistência. Segundo relatos, o quilombo teve origem com a fuga de um casal, o filho do fazendeiro que fugiu para casar-se com a “empregada”, e ali se estabeleceram. O grupo pertencente a comunidade possui a memória de sua origem alicerçada no referido casal considerado emblemático. Seus nomes são José Rosa do Nascimento e Isabel Maria da Conceição que são apontados como sendo os mais velhos da comunidade de que se lembram, e que, portanto, os moradores se reconhecem como descendentes.



Logo após o estabelecimento neste local, começaram a aparecer outros “fujões” que encontraram na região um terreno propício para se esconder, pois nos períodos de chuva, por conta da geografia do local, o terreno fica muito alagado, de modo que fica impossível para algumas pessoas conseguirem trafegar na região. E era por isso que algumas pessoas passaram a dizer que “para passar por ali, só sendo um marinho”. Daí o nome do Quilombo Marinho.

O Quilombo Marinho fica localizado a 36 km da área urbana da cidade de Piri-piri, estando mais próximo da cidade de Capitão de Campos, a apenas 8,5 Km. A comunidade é composta por 85 famílias, com aproximadamente 420 habitantes, (contados para a vacinação contra a Covid-19 em 2021) que vivem em uma área de aproximadamente 208,145 hectares. Em 2021 a antropóloga Leslye Bombonato Ursini realizou um estudo sobre território quilombola marinho, onde fez um relatório histórico social para fins de consulta prévia para a titulação coletiva da comunidade para o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI. Nesse estudo fica explicitado documentos como, o Certificação da Fundação Cultural Palmares – FCP com a Portaria/Palmares nº 104/2016, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2016; o Processo/Incrá 54380.002421/2007-51; o Processo/Interpi 00071.005870/2019-50 e a Instauração do Processo de Regularização Fundiária – INTERPI, PORTARIA Nº 326/2019/DG/INTERPI, de 02/09/2019; DOEPI 05/09/2019.

A principal fonte de subsistência da comunidade é garantida pelo extrativismo de plantas nativas da região, da agricultura familiar, e pequenas criações. Na comunidade planta-se milho, feijão, arroz e mandioca. A produção é na maior parte para o consumo interno das próprias famílias. A questão da terra está diretamente ligada a questão econômica da comunidade, pois estes ainda vivem de modo tradicional, praticando o extrativismo vegetal, criando animais para o consumo próprio e lavrando a terra através do arrendamento.

Quanto a organização política da comunidade, o protagonismo feminino é bem evidente, principalmente nas últimas gestões da associação de moradores. No que tange ao aspecto sociocultural, a questão religiosa é um pilar de muita relevância. Como a maioria das comunidades brasileiras, o cristianismo está presente na comunidade, tendo uma igreja católica, e uma família que se denomina evangélica.

A prática da umbanda, como religião de matriz africana, também está diretamente atrelada a história da comunidade, sobretudo, no que se refere um evento emblemático de racismo religioso que marca com grande poder de significação a memória coletiva.

Conforme relatos orais colhidos por estudantes do IFPI, em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena (NEABI), Campus Piri-piri, um terreiro de umbanda da comunidade teria sido brutalmente destruído, com forte repressão policial na década de 1970. A polícia teria sido acionada para reprimir a manifestação religiosa da comunidade numa noite de festividade do terreiro. A cena se deu de forma tão cruel que os policiais usaram os próprios moradores como “mulas” para atravessar o terreno alagado, e em seguida massacrar os praticantes do terreiro. Houve prisão e tortura dos praticantes, que como forma de punição eram também obrigados a tocar tambor por horas a fio, os levando a exaustão. Muitos vieram a óbito após o evento, acometidos por tristeza profunda e depressão, em decorrência de tamanha barbárie.

Um triste episódio, mas que não foi o suficiente para calar e destruir o ânimo desse povo. Hoje, os que praticam a umbanda precisam se deslocar para outras cidades, pois segundo relatos, como o terreiro de umbanda foi destruído, com a morte da responsável, o rito de fechamento, conforme os preceitos da religião não foi realizado, o que impossibilita a existência de um novo terreiro na comunidade. Segundo o rito, é necessário que o dono do terreiro feche o mesmo, para que se abra outro na região.

Em que pese as marcas de perseguição e violência sofrida, a comunidade resiste e luta bravamente pelo direito coletivo de existir. Nessa direção, podemos destacar a figura feminina de Dona Rosário, uma importante liderança, síntese da luta coletiva e dos saberes tradicionais da comunidade. Ela carrega consigo a manifestação cultural através da musicalidade e das danças características da cultura afro-brasileira, como as “danças típicas da umbanda”, o “Reisado” e outras formas de expressão, seminais para a expressividade cultural do grupo. Um pilar de sustentação da cultura local, repassada e ensinada para os mais jovens.

COMUNIDADE QUILOMBOLA VAQUEJADOR

O Quilombo Vaquejador, localizado em Piri-piri-PI, é uma comunidade certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Composto por 65 famílias, o quilombo passou por um processo de regularização que teve início em 2007 pelo INCRA e foi posteriormente repassado para o Interpi em 2019. A conquista da certificação reconhece a importância histórica e cultural desse grupo étnico-racial que resistiu à opressão e à brutalidade do regime escravocrata.





A comunidade foi formada a partir das famílias de José Oliveira Dias, José Paulo e Raimundo Eduardo Santiago. Essas famílias, juntamente com outras que se juntaram posteriormente, formaram a base da comunidade e contribuíram para sua consolidação ao longo dos anos.

A comunidade Quilombola Vaquejador tem uma forte conexão com sua memória e identidade. O nome "Vaquejador" faz referência a uma antiga passagem de vaqueiro que existia na região, onde o gado era transportado. Hoje, essa passagem não existe mais, pois a área foi ocupada. No entanto, a comunidade mantém viva a lembrança desse caminho histórico.

As atividades produtivas da comunidade estão centradas principalmente na agricultura. As famílias cultivam milho, feijão e arroz em suas roças, garantindo parte de sua subsistência alimentar. Além disso, algumas famílias também criam gado bovino e suínos, vendendo a carne para o comércio local. A troca de dias de trabalho entre os membros da comunidade é uma prática comum, fortalecendo os laços de solidariedade e cooperação.

A preservação da cultura e das tradições quilombolas é uma preocupação constante da comunidade. A transmissão de conhecimentos ancestrais, como técnicas de plantio e criação de animais, é valorizada e compartilhada entre as gerações. Além disso, eventos culturais e festividades são realizados regularmente, promovendo a valorização da música, dança e culinária tradicionais.

O reconhecimento do Quilombo Vaquejador como remanescente de quilombo e a regularização do território são marcos importantes na luta pela garantia dos direitos dessa comunidade. Essas conquistas representam não apenas o reconhecimento histórico, mas também a preservação das tradições culturais e a promoção da igualdade racial.

A comunidade Quilombola Vaquejador é um exemplo vivo da resistência e resiliência dos grupos étnico-raciais que enfrentaram a opressão da escravidão. Sua história é parte integrante da identidade brasileira, representando a força e a coragem daqueles que lutaram por sua liberdade e dignidade. Através do trabalho coletivo, da preservação cultural e do fortalecimento econômico, essa comunidade continua a escrever sua história, inspirando gerações presentes e futuras.

COMUNIDADE QUILOMBOLA SUSSUARANA

A comunidade quilombola de Sussuarana está situada na zona rural de Piripiri, a aproximadamente 19 km da BR343, entre Piripiri e Capitão de Campos. Sua origem remonta às relações familiares e laços de parentesco entre trabalhadores livres, libertos e escravizados que ocupavam a antiga Fazenda Residência. Esta fazenda, construída na primeira metade do século XIX, pertencia ao capitão José Joaquim da Silva Rebelo e foi o local de nascimento do coronel Thomaz Rebelo de Oliveira Castro, em 20 de dezembro de 1850.

A comunidade teve sua origem a partir dos filhos do casal José Siriaco Pantaleão e Florinda Maria dos Prazeres, trabalhadores que viviam na fazenda Residência. Foram eles: Januária Maria dos Prazeres, Bernardo Jose Soares, Eduvirens dos Prazeres e Josefa Maria dos Prazeres. Destaca-se na memória familiar a figura de Jorge Pereira da Cunha, um negro africano escravizado na mesma fazenda, que se casou com uma das filhas de Pantaleão e Florinda.

Atualmente, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Quilombolas da Sussuarana, fundada em 21 de dezembro de 1996, representa a comunidade. Em 2007, a comunidade se autodefiniu como quilombola, reivindicando o reconhecimento legal, e, em 2017, obteve a Certificação pela Fundação Cultural Palmares. A luta pela titulação definitiva das terras da comunidade ainda é aguardada.

A base econômica da comunidade é fundamentada na agricultura familiar (milho, feijão e mandioca), pecuária bovina, caprinocultura/ovinocultura e criação de pequenos animais como suínos e aves. A Sussuarana conta com infraestrutura que inclui energia elétrica trifásica, sistema de abastecimento de água, escola de ensino fundamental, clube social, igreja católica, unidade básica de saúde, comércio varejista, cemitério e campo de futebol. Na comunidade, encontramos duas lagoas e alguns poços tubulares.

A religião católica predomina entre os moradores, que celebram os festejos de Nossa Senhora de Fátima entre os dias 3 e 13 de novembro. Além da forte religiosidade, as atividades e manifestações culturais incluem os saberes e fazeres tradicionais dos anciãos, a dança afro realizada por um grupo de mulheres chamado Dandaras, e o Sussuarana Futebol Clube, um time de futebol local.

